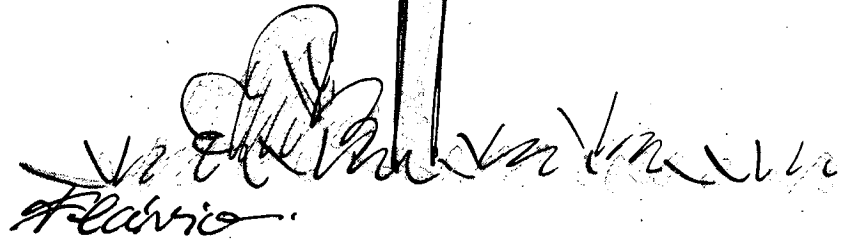
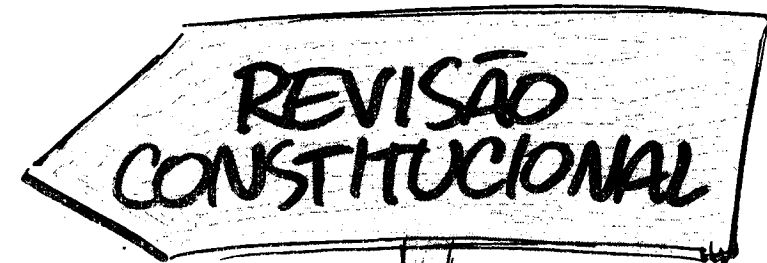


Reforma constitucional divide congressistas

O nome de batismo é "Constituição Cidadã", mas até o "padrinho" Ulysses Guimarães já descobriu defeitos na "afilhada" e muitos autores da Carta querem revisá-la antes da data que marcaram - 1993. Aos dois anos de idade, a Constituição mais parece uma árvore doente, estéril e ameaçada de morte por falta de zelo no plantio e no cultivo. Em tão dramático estado, a Carta de 1988 já produziu mesmo uma opinião unânime entre os atuais parlamentares e deputados e senadores recém-eleitos: é indispensável e urgente mexer nela para corrigir defeitos, suprir falhas, mudar o conteúdo de dispositivos e, de modo especial, torná-la efetivamente útil.

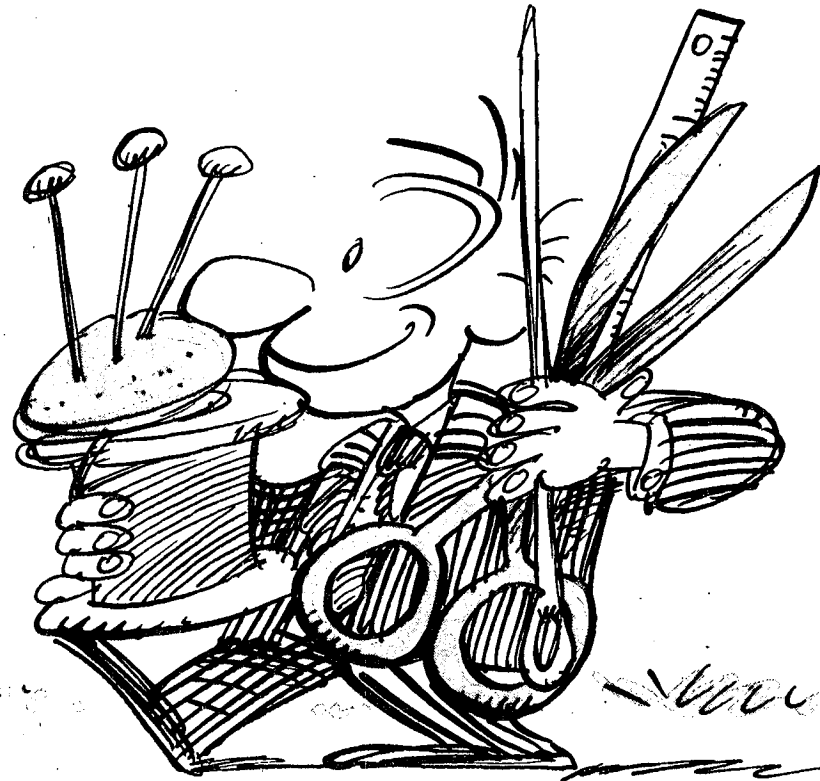
Essa unanimidade, contudo, inclui um dilema a superar: futuros parlamentares, atuais congressistas e o Governo, ainda sem posição expressa pelo Presidente Fernando Collor, estão divididos entre a conveniência de regulamentar a Constituição ou antecipar a revisão, marcada para 1993, para imediatamente após o início da próxima legislatura, em 1º de fevereiro de 1991.

De um grupo de 40 deputados e senadores novos ouvidos du-



rante a semana, em todos os Estados e nos 10 maiores partidos, 22 defenderam a imediata regulamentação dos dispositivos que

dependem de leis complementares. Dos parlamentares recém-eleitos, 17 anunciam que lutarão para que seja antecipada a revisão constitucional e apenas um



se declarou sem opinião formada.

Ao contrário da tendência observada na consulta aos deputa-

dos e senadores eleitos no dia 3, predomina entre os atuais parlamentares reeleitos - e que são os autores da Carta - a opinião de que convém revisar a Consti-

tuição antes de 1993. Argumentam, sobretudo, que não será conveniente ao País conviver ao mesmo tempo com a revisão da Constituição e a campanha pela sucessão do Presidente Collor. A escolha do futuro Presidente está marcada para 1994, mas os políticos sabem que já existem campanhas em curso que alcançarão grande intensidade um ano antes da eleição. Alegam, ainda, com menor ênfase, que não há sentido em regulamentar no próximo ano uma Constituição que será revisada dois anos depois.

Os deputados e senadores que rejeitam a idéia de antecipar a revisão têm argumentos um pouco mais variados. Identificam na proposta desde uma tentativa de golpear o Presidente Collor até a prática do que consideram outro absurdo: antecipar a revisão de uma Constituição que sequer foi regulamentada.

Divergências desse porte alcançam todos os partidos, todas as correntes ideológicas, representações de todos os Estados, aliados e adversários do Governo e parlamentares que podem ser classificados como amigos e desconhecidos do Presidente.